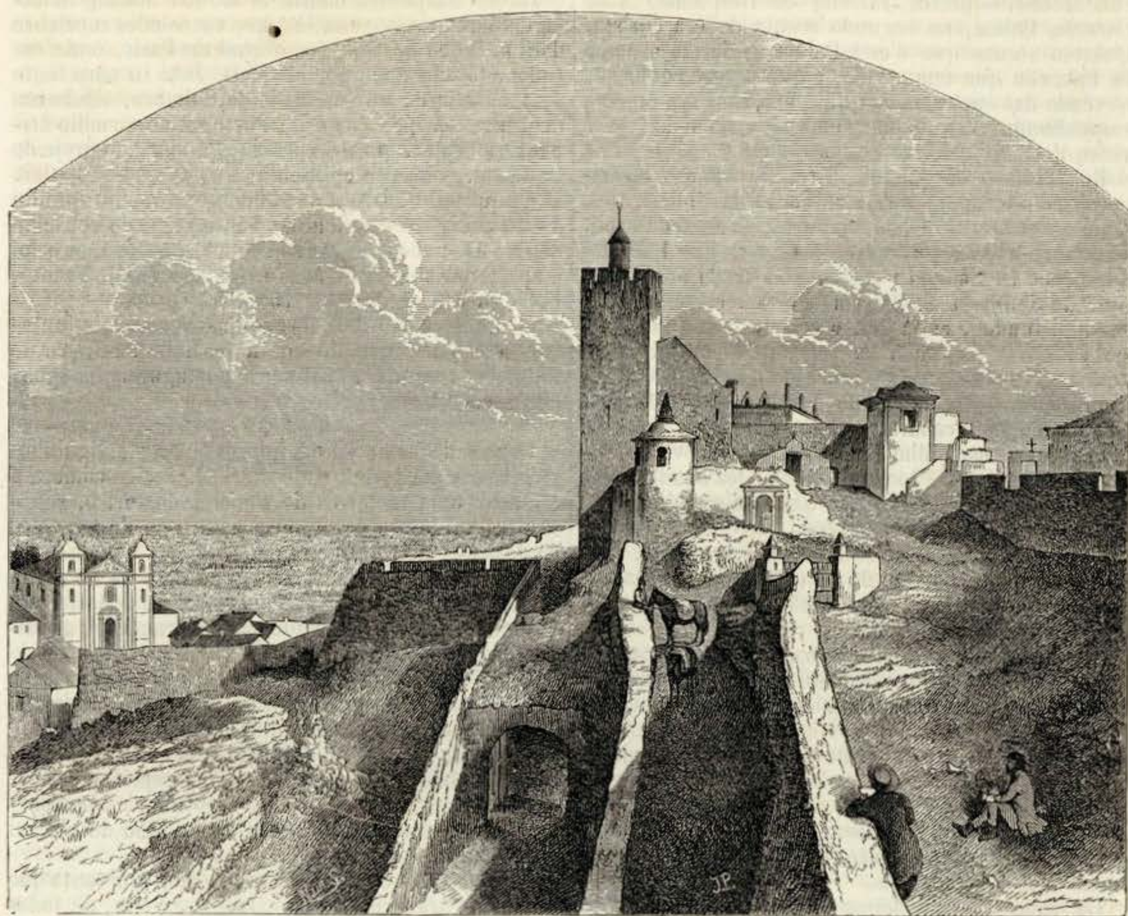


Castello de Palmella — Desenho de Nogueira da Silva — Gravura de Pedroso

Faça-se uma lei de monumentos, já que se fazem leis para tudo. Que os procuradores da nação lhe salvem os seus titulos de nobreza. Haja no seio da representação nacional um portuguez que levante um brado energico a favor do passado: a sua voz achará ecco em todos os angulos do reino; por que em todos elles ha homens sisudos e peitos generosos. Diga a lei aos arrazadores que os monumentos são propriedade publica, e não d'esta ou d'aquella cidade, villa ou aldeia, já que a razão lh'o diz debalde. Tenha, em fim, essa lei a sancção do castigo, já que em um seculo corrupto as palavras, *vergonha e gloria* vão, como a palavra *mau*, passando para o glossario dos archaismos.

A. HERCULANO.

Ha já vinte annos que se deu, na imprensa, tão eloquente brado a favor dos monumentos nacionaes. E até hoje ainda nenhum deputado, nenhum ministro, nenhum homem publico, lhe correspondeu tomando a iniciativa d'esta lei, cada vez mais urgente, porque de dia para dia, por falta de reparo ou de resguardo, se vão desmoronando os poucos monumentos, que possuimos da arte e da gloria nacional; e outros estão em risco de serem demolidos por compra, ou transformados parvoamente sob pretexto de utilidade publica!

No reinado de João v, em que ainda se prezavam os monumentos e se edificaram muitos, foi promulgado um alvará incumbindo a conservação d'elles, e a arrecadação de todos os objectos de arte e antiguidades, ao bibliothecario mór da bibliotheca publica da corte. Quando o sr. dr. José Feliciano de Castilho exerceu pela primeira vez este cargo, suscitou a observancia do dito alvará, porém foi em vão. O actual bibliothecario mór, o nosso collega José da Silva Mendes Leal Junior, no excellente relatorio que fez o anno passado, de todo o serviço, possessão, e necessidades d'esta bibliotheca, egualmente ponderou a urgencia de se providenciar que não sejam destruidas, nem desbaratadas, as antiguidades patrias. Até agora tudo tem sido baldado. Nem sequer este trabalho, tão noticioso, tão util para os estudiosos, foi publicado no *Diario*.

Quererá Deus que nem sempre dure esta obstinada surdez dos governantes, e com tal esperança porfiemos em bradar pelas providencias que ponham termo ao escandalo, á vergonha, á infamia, de deixar que se vá desfazendo e soterrando esse pouco que ainda temos, da gloriosa herança que nos deixaram nossos antepassados.

O famoso castello de Palmella, conquistado aos invasores da nossa terra pela espada de D. Affonso Henriques, e o convento prioral da ordem de Santiago, obra do fundador da Batalha, estão ao desamparo, e se lhe não acodem a tempo cairá tudo aquillo em ruinas, d'onde os nossos vindoiros só possam tirar alguma lage para nos apedrejarem na sepultura!

O desenho d'este monumento, que hoje publicâmos, foi tirado ha poucos dias pelo nosso collaborador artistico o sr. Nogueira da Silva. Quem nos assegura que d'aqui a alguns annos se não reconheça já o original por esta copia?

Depositemol-a pois no nosso ARCHIVO, com o resumo da sua historia de vinte seculos!

É Palmella uma das antiquissimas villas de Portugal a que se não sabe origem certa. Julga-se que os celtas foram os seus primeiros povoadores, muito antes da vinda de Christo. Diz-se que a ampliou e ennobreceu o pretor romano de Hespanha, Aulo Cornelio Palma, no segundo seculo da era christã. Querem alguns que d'este Palma se derive o nome de Palmella que tem a villa, o que parece confirmar o escudo das suas armas, que vem a ser: um homem empunhando uma palma, em pé, com o habito e vieira de Santiago, entre dois castellos.

Em 1147 a conquistou el-rei D. Affonso Henriques; mas tornando a cair no poder dos infieis, teve o mesmo soberano de a reconquistar no anno de 1165, mandando-a logo povoar e fortificar. Em 1186 foi doada por D. Sancho I aos cavalleiros da ordem militar de Santiago da Espada. No seu castello mourisco se fundou, em 1443, o convento que havia de ser cabeça e mestrado da mesma ordem, reinando D. João I, e sendo mestre seu filho o infante D. João.

Proseguiram as obras do convento até 1482, em que de todo se acabaram, sendo mestre da ordem o principe D. João, filho del-rei D. Affonso V.

O prior-mór, D. Jorge de Mello, fez tambem alli grandes obras em 1608, nas quaes dispendeu muitos mil cruzados da sua fazenda.

Tem o castello, alteroso e quasi inaccessivel, uma praça mesmo defronte do convento, mui espaçosa com quatro cisternas, uma d'ellas, memoravel, dendentro da torre de menagem.

Na sua primitiva instituição deviam residir n'este convento vinte e cinco freires, e um prior-mór. A rainha D. Catharina, mulher de D. João III, accrescentou-lhe mais dois.

A ordem era donataria de quarenta e sete villas, nas quaes tinha 50 commendas rendosas, mórmente as de Setubal, Alcacer do Sal, Mertola, Ferreira, Ourique, Santiago de Cacem, e Algarve; mas as rendas especiaes do convento de Palmella importavam n'uns doze mil cruzados.

Os freires e cavalleiros d'esta ordem usavam a principio de uma espada pendente de cordões vermelhos. Diz a lenda que na batalha de Clavigio, ganhada aos moiros por el-rei D. Ramiro de Leão em 824, fôra visto o apostolo Santiago montado n'um cavallo branco com a espada em punho, fazendo horrivel estrago nos infieis. Em memoria d'este auxilio sobrenatural, e para lembrança da obrigação que os cavalleiros da ordem contrahiam de pelejar contra os inimigos da fé, e pugnar pela independencia da patria, estatuiu aquelle rei que trouxessem por insignia uma espada, tendo de uma parte da empunhadeira meia lua e uma estrella, e da outra o sol; dando alguns como razão de trazerem os cavalleiros de Santiago a sua espada entre o sol e a lua, mostrarem elles que professavam aquella ordem de cavallaria em defesa da lei de Christo, verdadeiro sol, contra Mafoma, cuja crença é symbolisada no astro das trevas, a lua.

Depois simplificou-se esta insignia, reduzindo-se a uma cruz roxa em fórma de espada, com o punho em coração, e as extremidades das guardas em flor de liz, pendente de um collar de tres cadeias de oiro; insignia ou habito que os cavalleiros tinham obrigação de trazer sempre, não só sobre o manto branco da ordem, nos actos publicos, mas até nos fatos caseiros.

Depois da extincção das ordens religiosas, ficou este monumento entregue ao descuido da auctoridade publica. Acha-se ao presente, como dissemos, desamparado da vigilancia que deviam merecer ao governo do estado os monumentos da arte e do valor de nossos avós. Entristece e envergonha-nos, ver um monumento tão amiudo visitado pelos estrangeiros em tal abandono, conhecendo-se que ha alli estragos feitos pela brutalidade e ignorancia, o que se evitava se estivesse a cargo de um guarda zelozo e intelligente.

Jazem n'aquelles claustros muitos homens notaveis nas armas e nas lettras; entre elles o celebre doutor Diogo de Gouvêa, o qual de Paris, onde estudou, foi chamado por el-rei D. João III para lente de theologia da universidade de Coimbra, sendo um dos enviados por parte de Portugal ao concilio tridentino. Está sepultado na capella-mór da egreja de Palmella, com este epitaphio:

« Aqui jaz D. Diogo de Gouvêa, prior-mór que foi d'este convento e ordem de Santiago, e do conselho del-rei D. Sebastião nosso senhor, que primeiro foi embaixador del-rei D. João III no concilio de Trento. Falleceu a 2 de abril de 1576. »

A tantas memorias e reliquias veneraveis juntemos a consideração de que no castello mourisco de Palmella tremúla a bandeira portugueza ha quasi oito seculos!

*

Depois de estar já na imprensa este artiguinho, recebemos um jornal onde o sr. H. Freire começa a publicar uma tentativa de romance historico, sob o titulo de « A prophecia ou a edificação do mosteiro de Jesus » ; ao qual poz uma nota que nos dá noticia do estado em que achou o tumulo de D. Jorge de Lencastre, filho natural de el-rei D. João II, um dos mestres de Santiago que mais engrandeceu aquelle convento.

Diz o sr. Freire que achára o tumulo aberto, e exposto a quem quer tirar os ossos que ainda alli restam: que elle possue um dente de D. Jorge, e que muitas pessoas de Palmella tem ossinhos e dentes do mesmo mestre, que guardam respeitosamente. E conclue pedindo que o governo mande transportar para S. Vicente a ossada d'este filho de um rei de Portugal.

Tambem subscrevemos esta petição, com tanto que abranja a trasladação, para logar sagrado, de todos os ossos dos nossos homens illustres, que não estiverem em jazigo recatado.

REINADO DE D. AFFONSO VI

(Fragmentos)

PRELIMINARES PARA A ANNULLAÇÃO DO REI

(Vid. pag. 278)

Na tarde d'este mesmo dia chegava ás mãos do principe um bilhete, em latim, pelo qual o confessor da rainha lhe dava a conhecer os sentimentos de sua ama. Era substancialmente o que continha a carta da rainha para de Villes, que acabâmos de ler.

Transcrevemos aqui fielmente esse documento, que nos parece só agora se publica. Diz assim:

« Accepi hora tantum secunda post meridiem responsum Dominæ Abbatisæ, quæ locuta est marchioni de Govea secundum illud quod dixeram V. R. nimirum illi. 1.º repræsentando gravissima incommoda, quæ succedent, et pro bono et pace publica, et pro illo ipso marchione, si acceptet illud munus sibi oblatum quod infallibiliter odium omnium in illum concitabit, sicut concitaverat in antecessorum suum; deinde asserendo ilii quod si ita conveniret, ut ipse acceptaret hoc munus, mallet illum quam omnem alium, quandoquidem ita placeret regi, sed videret etiam atque etiam utrum id expediret, et pro se ipso, et pro pace publica, quod ipsa, regina nempe, non tam facile existimabat. Ad quod marchio respondit se ista omnia incommoda prævidisse

et repræsentasse regi, et cum rex his non obstantibus vellet ita fieri se ipsum sacrificasse ejus voluntati cum ea restrictiones quod ipse acceptando hoc munus titulum quidem ejus refugeret, sed munia et partes exerceret, non tamen tanta potestate et independentia quanta utebatur comes de Castelmelhor et alia hujusmodi temperamenta adhibiturum ut invidiam declinaret; denique se acceptare voluisse illud munus ne veniret in manus comitis de S. Juan.: regina iterum respondit, videret quibus se odiis exponeret, et cui periculo totum regnum. Nihil dixit de serenissimo principe ne daret occasionem suspicandi de intelligencia mutua inter illos quem admodum rogat ne serenissimus princeps loquendo cum marchione de Govea, mentionem ullam faciat de sua majestate propter eamdem causam.

«Sed videtur suæ magestati quod serenissimus princeps, qui est in alia longe majori libertate et agendi et loquendi quam ipsa, longe fortius exponat quæ sibi videbantur meliora, et præcise ac formaliter dicat se non posse pati post tot passamala, quod istud munus scribæ *a puridade ab ullo exerceatur ullo modo, quod regnum, et omnes boni velint regi à suis regibus.* Quod si rex egeat aliquo auxilio in regimine, illud sumat unde debet, et unde si prædecessores sumpserunt, partiendo illud munus, sicut ante propositum fuerat, inter quatuor consiliarios. Denique quod etiamsi ipso marchio de Govea præsumatur longe melius gesturus istud munus quam comes de Castel-melhor non sibi videri é republica, et bono regni istud perpetuam præsertim postquam ipse comes confessus fuerit ante discessum suum illudesse extinguendum propter nimiam potentiam unius viri in tanto munere.»

Custava a crer que os condes de S. João e Castel-melhor estivessem reconciliados, e quando o estivessem, que o ultimo quizesse pôr no seu logar de escrivão da puridade o outro, ou o marquez de Gouvêa. Tudo isto só podia olhar-se como artificio de Castel-melhor, um como pomo de discordia, lançado na corte para embrulhar tudo e todos. E podia mesmo suspeitar-se que D. Pedro de Almeida não servia com fidelidade senão Castel-melhor.

Na quinta feira 20 de outubro communicava o confessor da rainha ao enviado francez e a Verjus o que se passára entre o principe e o marquez. Conhecendo já a resposta da rainha, e vendo que o marquez estava dissuadido de acceitar o cargo que lhe propunham, disse-lhe o principe simplesmente, que estimaria muito vel-o bem collocado, mas que a rainha tinha notado bem os inconvenientes d'esta commissão; e que, oppondo-lhe S. M. estas difficuldades, fazia o marquez bem em não pensar mais n'isso. O confessor clamava que, sendo o principe quem convidára a rainha a dissuadir brandamente o marquez, afiançando que, depois, elle pela sua parte se opporia com mais energia; via-se que a rainha fallára com mais força que o principe ousára pedir-lhe, e que elle, pelo contrario, lisongeára o marquez, descarregando tacitamente sobre a rainha todo o desgosto e desprazer que o marquez podesse ter por não ser despachado, o que não era a primeira vantagem que d'este modo o principe tinha tomado sobre sua cunhada.

O reitor do collegio dos jesuitas, ao contrario de de Villes, desculpava o principe pela sua boa intenção, e pela necessidade que havia de poupar o marquez, e distinguia, que se não podia isso chamar falta de palavra, quando, depois de se concertarem no que havia a fazer em certo encontro, as circunstancias, ou novas vistas, obrigavam a mudar de proceder, com tanto que sempre tendesse ao mesmo fim.

N'este dia, de manhã, procurou o marquez de Gouvêa a rainha, para instar com ella, da parte do rei, a consentir no retorno do secretario de estado, como coisa que ella já tinha promettido.

— «Na quarta feira 5, de tarde (respondeu a rainha), communicou-me el-rei, pelo marquez de Marialva, que tinha perdoado tudo, e a todos, pedindo-me que, pela minha parte, perdoasse ao secretario de estado. Respondi que lhe perdoava, mas não se fallou de não obter alguma satisfação, ou de consentir que voltasse para o paço, e para o seu cargo.»

A isto accrescentou a rainha, com força e vivacidade, inconvenientes e desgraças que se seguiriam por tal regresso, a ponto do proprio marquez convir, que ella não devia consentir n'isso, e que era preciso que o rei abandonasse tal idea. As blandicias que n'esta occasião a rainha usou com o marquez, foram extremas: nenhum outro desejava á frente dos negocios, lhe dizia ella: dentro de pouco tempo, e quando a aversão que Castel-melhor excitára contra o poder do primeiro ministro, estivesse mais amortecida, ella mesma o ajudaria de boa vontade a occupar esse cargo. O marquez retirou-se contentissimo, e foi advertir o principe d'esta nova mensagem, mandada por D. Affonso á rainha, o que determinou D. Pedro a mandar dizer á mulher de Antonio de Sousa de Macedo, que, se seu marido fosse tão ousado que regressasse, o mandaria fazer em postas ou queimar vivo; — communicando ao mesmo tempo á rainha que se não inquietasse, e procedesse com o rei a tal respeito como julgasse melhor, porque depois de ter feito expulsar aquelle homem, o impediria facilmente de voltar. Era o que ella desejava para evitar ver ainda acobertado com o seu nome, outro dia, cujas consequencias podiam agora não ser tão felizes como a quarta feira 5 de outubro.

No mesmo dia 20 foi o rei dizer á rainha, mui tomado de riso, que tinham morto Manuel Antunes, mas que elle mataria Diogo Luiz, que tinha ido a Villa Viçosa para o trazer. Observou-lhe ella que a coisa podia ter succedido sem haver culpa da parte de Diogo.

— «Não importa (replicou o rei): elle tinha-me promettido pela sua vida que traria Manuel Antunes.»

Constou depois que Antunes não fôra morto: sabendo que havia em campo gente da parte do principe, voltára a Evora, d'onde o general de cavallaria, que só recebêra a ordem do principe depois da saida de Antunes de Villa-Viçosa, o deixa d'esta vez salvar-se em Hespanha ou n'outra parte.

Celebrou-se outro conselho ácerca da paz entre Portugal e Hollanda. Não tendo querido o marquez de Sande comparecer n'elle, mandou-se-lhe pedir, da parte do rei, o seu parecer, que elle deu por escripto.

Depois de grande discurso, para mostrar qual era o intuito dos hollandezes a respeito de todas as conquistas de Portugal, quer no Oriente quer no Occidente, disse que, pela disposição em que estavam os negocios d'este reino, a compensação do dinheiro devido, com Cochim e Cananor, parecia a proposito e mesmo necessaria; mas que a somma proposta pela Hollanda não era sufficiente. Era preciso que os Estados dessem pelas duas praças toda a somma que se lhes devia, e que dizendo este ponto respeito á religião, devia o rei consultar a tal respeito os casuistas e o santo officio. Accrescentava que era mui a proposito enviar dinheiro a Francisco de Mello, ou ao menos ordem de o prometter aos que elle julgasse que pelo seu credito podiam facilitar e conseguir esta accommodação; — que Francisco de Mello devia considerar muito o que se passava em Flandres, e a disposição dos Estados a respeito da Fran-

ça; e não parar, se visse que elles se dispunham a romper com ella, para a impedir de conquistar os Paizes-Baixos catholicos; e que não tendo os reis de França e de Inglaterra comprehendido Portugal nos seus tratados de paz, como deviam fazer, convinha ter isto em lembrança, para lh'o exprobrar na primeira occasião. Concluia que, no entanto, era necessario pôr as praças do Brasil, e particularmente uma das ilhas, em estado de defesa e resistencia.

Não se duvidava que a substancia d'este voto fosse por todos approvada; mas duvidava-se que se pozesse em execução coisa alguma, ao menos no tocante ao Brasil. Alguns julgavam importante que o rei demorasse a negociação com os Estados quanto fosse possivel, para dar aos partidos da corte tempo de regularem o governo.

O marquez de Sande fazia n'isto mal ao rei de França, confundindo-o com a Inglaterra. Por parte d'aquelle, se dizia que Portugal só tinha motivo de queixa contra os inglezes. Luiz XIV fizera, em separado, o seu tratado com os inglezes, e não entrára no d'estes com os Estados da Hollanda, para ter direito e auctoridade a fazer comprehender n'elle Portugal. Allegavam mais os francezes que, depois da paz, os seus embaixadores nada esqueceram para trazer a Hollanda a um accôrdo. Um d'elles fôra expressamente a Amsterdam conferenciar com os da companhia, que punham as maiores difficuldades, e sem estes cuidados e intervenção do monarcha francez, teriam os Estados mandado uma esquadra atacar o Brasil. Assim se explicava uma carta de 19 de agosto ultimo, escripta de Hollanda por mr. Courtin, ao abbade de Saint-Romain, em Lisboa; carta, cujo conteúdo fôra communicado ao marquez de Sande, e a todos os do conselho, antes que recebessem as cartas de Francisco de Mello.

O voto de Sande chegára ao conhecimento do enviado de França, por via de Verjus, a quem o marquez o mostrára confidencialmente. Saint-Romain promettia, logo que podesse tocar no assumpto, fazer áquelle conselheiro consultar as queixas que o caso pedia.

O espirito do rei infirmava, de mais em mais, e precipitava os acontecimentos. Não quizera assistir a nenhum dos conselhos celebrados por causa dos negocios de Hollanda, e cada dia se tornava menos razoavel.

A rainha, desde o dia 20, aproveitava todas as occasiões que se lhe deparavam, para lhe representar toda a gravidade da situação.

— «V. M. (lhe dizia ella) afasta todo o mundo da sua pessoa e dos seus interesses. O exercito relaxa-se á falta de paga. Tudo marcha de confusão em confusão. Se V. M. não se apressa em dar ordem ao governo, ou caímos com todo o reino em poder dos castelhanos, ou somos perdidos e abandonados pela nação, para se salvar a si e ao reino d'este perigo.»

Entretanto Affonso VI não a queria ouvir nem attender.

— «Que venham em boa hora os hespanhoes! (respondia elle). Que morra tudo, que eu tambem quero morrer *em corpo e alma!* Bem sinto que vou adoecer; vou morrer e ser condemnado ás penas eternas; mas antes de morrer, chamarei o conselho, e lhe encarregarei a sua consciencia da minha morte e da minha condemnação, se elle não fizer regressar Manuel Antunes e o secretario.»

Pelos grandes e conselheiros de estado ainda tinha menos consideração que pela esposa. A alguns respondia no mesmo sentido; que tinha muito cuidado no reino, que o que era preciso era mandar buscar Manuel Antunes. Contra outros, contra a maior parte, tomava-se de paixão, e sem os escutar, cobria-os de injurias.

Depois do dia 20, não se passára dia algum que não espancasse muitos dos criados e maltratasse de palavras, por coisa nenhuma, algum dos grandes do reino e do conselho, mesmo dos amigos de Castelmelhor. O conde de Val-de-Reis pedira licença para se retirar, e não tornára mais ao paço; o marquez de Gouvêa deixou de ir alli muitos dias; os outros aproximavam-se pouco, e fallavam-lhe o menos que podiam. A magoa e inquietação do marquez de Sande levára-o mais longe que qualquer outro. Retirára-se a uma quinta fóra de Lisboa. Alguns diziam, que esperava que não podessem passar sem elle, e o mandassem chamar. Mas o rei era incapaz de fazer a menor reflexão a tal respeito; e a maior parte do conselho de estado tinha a Sande mais inveja que amizade, vendo-o com melhores olhos retirado, que no conselho, Só a rainha podia ter para com elle alguma attenção: se isso lhe esquecesse, lá estava Saint-Romain, que por certo lh'o advertiria.

Era impossivel encarecer até onde chegava o desarranjo do espirito do rei, e o desejo ardente que todos tinham que se provesse ao bem do estado. A opinião geral era esta e clara. As demasias de Affonso VI tinham-lhe creado inimigos; a perversão ou fraqueza do seu espirito foram partes para que augmentasse muito o numero dos descontentes; os meios calculados pelo partido commum ao infante e á rainha, tinham feito o resto, generalisado e radicado no paiz opinião manifestamente hostil ao governo do rei.

(Continúa) JOSÉ DE TORRES

MORTANDADE DOS CHRISTÃOS NA SYRIA

Démos já em uma gravurinha as physionomias e trajos dos malvados turcos e drusos, que em junho passado fizeram a mais feroz matança nos inermes christãos da Syria, mórmente na cidade de Damasco, pondo fogo a todas as habitações, depois de as haverem despojado.

Hoje facilitaremos aos nossos assignantes a leitura de duas cartas, escriptas por pessoa residente n'aquella misera cidade, e que presenceou as repetidas scenas de morte e devastação, que por muitos dias enluctaram a cidade de Damasco.

A primeira carta foi escripta antes de rebentar a explosão da ferocidade musulmana contra os christãos, comprimida desde muito tempo, mas quando já havia symptomas de agitação entre os drusos; a segunda é datada poucos dias depois da espantosa carnificina.

O estado actual da Syria vem n'ellas descripto com muita fidelidade; podem bem servir de cartas de guia para se avaliarem as operações do exercito anglo-francez, que alli desembarcou para punir taes barbaros.

I

DAMASCO 1 DE JUNHO DE 1860

Tanto para corresponder ao convite de vos dar noticia do paiz em que estou estabelecido ha annos, como para vos fazer conhecer e aos meu compatricios, o perigo que nos ameaça o despertar do fanatismo musulmano, vos escrevo esta carta.

Estamos litteralmente sobre um volcão, para usar da phrase de um dos nossos homens de estado. A explosão está proxima, a julgar-se pela arrogancia dos musulmanos, e pelas continuas provocações feitas aos christãos e judeus.

São estes os symptomas mais assustadores para quem, como eu, conhece a indole traiçoeira e vingativa dos habitantes de Damasco. Não me refiro só

ás classes infimas, que constituem aqui, como em toda a parte, a maioria d'esta grande cidade; refiro-me tambem ás classes elevadas e relativamente mais instruidas: ambas tem odio implacavel ao nome christão, e esperam anciosamente ensejo ou pretexto para se vingarem dos que elles consideram seus naturaes inimigos. Será mister accrescentar, que este fanatismo atroz é mantido e instigado pelos ulemas e thalebs?

Sei que temos aqui e em Beyrouth uma guarnição turca de alguma importancia; mas poderemos contar com estes defensores na occasião do perigo, ou voltar-se-hão elles logo para os inimigos? A opinião de Kurchid-Pachá augmenta as probabilidades d'este meu receio.

Pela cidade de Damasco podeis julgar toda a Syria.

Damasco é incontestavelmente uma das maiores, das mais ricas, e das mais industriosas cidades da Asia; assenta ao meio de uma fertil planicie; todos os annos recebe pelas caravanas de Bagdad os productos da Persia, e pelas de Meca os productos da Arabia; não tem menos de 180:000 habitantes. A rua principal contém duas ordens de lojas e armazens, em que brilham todas as preciosidades da Asia e das Indias; as casas são simples pelo exterior como todas as casas do Oriente; mas, apenas se entra, fica-se deslumbrado do luxo que as adorna. Pisam-se marmores, e tudo que nos rodeia é de oiro; de todos os lados jorros de agua refrescam a atmosphera, vivificando os jardins floridos. A fortaleza, a mesquita, e as suas torres, contribuem muito para a belleza da cidade. Á primeira vista, julguei que esta prosperidade, é o continuo commercio dos europeus houvessem predisposto os habitantes ao agrado e aos sentimentos de humanidade. Nada d'isso acontece; a populaça de Damasco é hoje tão intolerante e barbara como no tempo dos primeiros califas.

Oxalá que me engane, e tenha ainda de confessar a minha leviandade.



Horrivel mortandade de christãos na cidade de Damasco.

Beyrouth está distante vinte legoas de Damasco. É uma das principaes escalas do Levante; tem toda a energia de uma grande cidade; numerosas embarcações de todas as bandeiras povoam o seu ancoradoiro; um moto continuo de cahiques, galeras e canoas estabelecem communicação permanente com todas as embarcações e o porto; todavia a população de Beyrouth é pouco consideravel; tem apenas 20:000 almas.

Comprimida pelo Libano, que se ergue por traz d'ella, e pelo deserto, cuja areia vermelha e scintillante ameaça invadil-a, abriga-a uma floresta de pinheiros que plantou o celebre émir Fack-ed-Diu.

Não vos posso fallar de Damasco e de Beyrouth, sem vos fallar tambem da Syria, magnifica região, que se prolonga na extensão de 150 legoas entre o deserto do Egypto, e o monte Tauro, que a separa da Anatolia. É atravessada de uma á outra extremidade pelo Libano, grande cordilheira de montes calcareos e precipitados, ligada ao norte pelo Amano, ramificação do Tauro, que se divide em duas series de montes parallelos; o do oeste ladeia o Mediterraneo, e conserva o nome de Libano; em quanto o outro tem o de Anti-Libano; e para o sul remonta os seus ultimos pincaros até á Arabia Petrea e confins do Egypto. O cume do Libano tem 3,200 metros acima do nivel do mar. O Libano, como em geral todas as montanhas, reune, pela desegual temperatura das diversas eminencias, uma parte de todos os climas, produzindo por consequencia a mais variada vegetação. Isto fez dizer a um poeta arabe:

«Tem o Libano o inverno á cabeça, a primavera ás costas, e o outono no seio, dormindo-lhe o estio aos pés.»

«Se a arte coadjuvasse a natureza, escrevia, em 1784, Volney, o auctor das *Ruinas de Palmyra*, poder-se-hia reunir no ambito de alguns centenares de legoas quadradas, as riquezas vegetaes das regiões mais afastadas umas das outras.»

Quanto aos famosos cedros, tantas vezes mencionados na Biblia, tem quasi completamente desapparecido; restám apenas alguns dos veneraveis contemporaneos de Salomão, que tem abrigado á sua sombra tantas gerações e tantos povos.

Sendo a Syria uma verdadeira terra de promissão, não admira que os israelitas, egypcios, persas, gregos, romanos, arabes, cruzados e turcos a tenham successivamente invadido; sendo tambem um dos principaes campos de batalha da ambição humana. A dominação turca, que se conserva de pé entre tantas ruinas, está vacillando agora pela base.

É no Libano que vivia nos seculos XI, XII e XIII a tribu, tão infaustamente celebre, dos *haschischins*, de quem os auctores contemporaneos derivam os *assassinos*. Estes dois nomes apropriam-se muito ao assumpto do « Velho da montanha. » Se fosse com o haschisch que o « Velho da montanha » os inebriava, causando-lhes um delirio que elles tinham pela suprema voluptuosidade, não lhes armaria tambem o braço, designando-lhes a victima destinada aos seus golpes, quer esta victima fosse um pobre fellah, quer se chamasse califa de Bagdad, califa do Cairo, Conrado, marquez de Montferrat? Que tempo aquelle, em que taes homens podiam dominar pelo homicidio e pelo terror, e em que os proprios principes cruzados os presenteavam para se livrarem dos seus punhaes! S. Luiz rei de França foi o unico que os não temeu, constrangendo Aladino a enviar-lhe uma embaixada, e ainda assim o «Velho da montanha» tratou de egual para egual com o rei christianissimo! Bibard, soldão do Egypto, devia finalmente pôr termo a esta vergonha, exterminando a seita; mas, infelizmente, se os *haschischins* já não existem, receio bem que ainda haja no Libano mais de um *assassino*.

Hoje a Syria é habitada por grande numero de pequenas povoações, que vivem quasi independentes da auctoridade do sultão, governando-se por leis proprias. Os mais importantes são os beduinos, no deserto; e no Libano os maronitas e os drusos.

Não vos direi nada dos beduinos, que me parece não tomarem parte nos acontecimentos que se preparam; mas, em compensação, vos referirei algumas particularidades ácerca dos maronitas e drusos. Especialmente os maronitas é que estão em maior perigo, e os laços que os ligam á França devem tornar estes pormenores de maior interesse.

Os maronitas, estabelecidos no Libano muito antes dos drusos, tomaram o nome de um santo anachoreta chamado Maron, que falleceu em 433, de quem Theodoro, S. Cyro e S. João Chrysostomo fazem menção. Os seus discipulos fundaram varios mosteiros, sendo o principal Apamêo, nas ferteis margens do Oronte. Grande numero de christãos syriacos se refugiaram em volta d'estes mosteiros, e alli se aldeiaram. Parece, segundo os escriptores ecclesiasticos, que no seculo XVII abraçaram a heresia dos monothelitas, os quaes acreditavam que Jesus Christo, juntando em si as naturezas divina e humana, só tinha uma e unica vontade. Alternativamente protegidos por Heraclio e perseguidos por Anastacio, os monothelitas tiveram destinos mui diversos. Os maronitas, genuinos, em numero de 40:000, renegaram no anno de 1187 esta heresia nas mãos de Aymerico, patriarcha de Antiochia e juntaram-se aos cruzados contra os sarracenos. Depois mandaram delegados ao concilio geral de Latrão, renovando a sua submissão á egreja romana. E d'este memoravel tempo das cruzadas que datam os laços de amizade e dedicação dos maronitas á França; d'então para cá sempre tem sido considerada como sua protectora, e nunca reclamaram em vão os seus bons officios. Todos os grandes reis, S. Luiz, Carlos VII, Francisco I, Henrique IV, Luiz XIV, etc., lhes deram as mais relevantes provas da sua generosa sollicitude, e tem sempre, nos seus tratados com a Porta, estipulado garantias para elles.

Volney, que viveu com os maronitas, gaba a simplicidade dos seus costumes. Mr. de Lamartine, que os visitou, cincoenta annos depois, em 1833, fez uma eloquente descripção das suas virtudes e hospitalidade.

A sua população, que se eleva a 140:000 almas, está disseminada por um territorio de 150 legoas quadradas.

« Cobrem, diz Mr. de Lamartine, as suas numerosas habitações o espaço comprehendido entre Latakiè e S. João de Acre de um lado, Damasco e Beyrouth do outro. Occupam os valles mais centraes e as montanhas mais elevadas do grupo principal do monte Libano, desde os arredores de Beyrouth até Tripoli e Syria. Os declives d'estas montanhas que descem para o mar são ferteis, regados por numerosos rios e cascatas inesgotaveis; fazem alli colheita de seda, azeite, trigo e cevada; as eminencias são quasi inaccessiveis, o rochedo escarpado penetra pelos lados d'estas montanhas, mas a infatigavel actividade d'este povo, que não podia achar abrigo seguro pela sua religião senão nos precipicios, tornou o rochedo fertil; elevou de grau em grau, até ás ultimas summidades, até ás neves eternas, paredes revestidas de pedra tosca; sobre esta lançam um pouco de terra vegetal que as aguas arrebatam com as enxurradas; até moem a pedra para tornar o seu pó fecundo misturando-a com a terra; em fim, fizeram do Libano um verdadeiro jardim coberto de amoreiras, oliveiras, e cereaes. O viajante não póde deixar de se admirar quando, depois de haver trepado dias inteiros as paredes perpendiculares das montanhas, que não são mais que um cúmulo de rochedos, acha de repente nos arrombamentos de um elevado desfiladeiro, ou sobre a cumiada de uma pyramide de montanhas, uma bella aldeia de pedras brancas, habitada de numerosa e rica população, com um castello mourisco ao meio, um longinquo mosteiro, uma torrente que espuma aos pés da aldeia, e em volta um horisonte de vegetação e de verdura, onde os pinheiros, castanheiros e amoreiras cobrem a vinha ou os campos de milho e trigo. São algumas d'estas aldeias suspensas umas sobre as outras quasi perpendicularmente; podem atirar-se pedras de uma aldeia para a outra, póde ouvir-se a simples voz, e todavia o declive da montanha exige tantas sinuosidades e rodeios para traçar a vereda, que é necessario uma hora ou duas para passar de um logar para o outro.

A feudalidade existe entre os maronitas, mas temperada pela mais pura theocracia, tem resistido ao tempo. Cada aldeia tem por chefe um scheik, o qual depende do emir que governa o districto.

Reconhecem a supremacia espiritual do papa, conformando-se em tudo aos modos e ritos da egreja grega. São casados os padres, sem que o sejam os bispos nem os frades. Tem por chefe do clero o patriarcha de Antiochia eleito pelos bispos e confirmado pelo papa.

Quanto aos drusos, não são concordes os auctores na sua origem. O mui antigo historiador de Thou diz que descendem dos francezes que acompanharam Godofredo de Bolhão á conquista da Terra Santa; accrescentando, que quando os musulmanos tomaram aos christãos Jerusalem e a Palestina, se refugiaram elles nas montanhas, onde a pouco e pouco esqueceram os dogmas do christianismo, e abraçaram a nova religião que lhes fôra ensinada por um falso propheta chamado Ismail. Querem outros que o nome lhes venha do conde de Dreux, cujos antepassados haviam seguido o estandarte da Syria. Todavia estas versões são desmentidas pela sciencia e philosophia moderna.

A religião e os costumes dos drusos não são menos incognitos que a sua origem; sabe-se apenas que participavam das opiniões de Zoroastro, da crença

da metempsycose indiana, e dos dogmas judeus e christãos. Diz mr. de Lamartine que os drusos não são nem arabes, nem turcos, nem musulmanos, nem christãos.

Todavia o sabio orientalista Sacy descobrindo uns manuscriptos arabes, póde em parte penetrar as trevas que envolviam a historia d'este povo. Sabe-se agora que reconheciam por Deus o califa fatimista Aakem Biamrillah, o qual ensanguentou o Egypto com suas cruezas, e pereceu de morte violenta no anno 411 da hegira. Por sua morte, os sectarios d'elle, para fugirem á perseguição, retiraram-se para a Syria, guiados por um companheiro do califa Tahammed ben Ismail el Dorzi que lhes deu o nome. Occuparam parte das abas do Libano. Não só os maronitas se não oppozeram á persistencia d'estes estrangeiros, senão que lhes prestaram em muitas occasiões o seu apoio, o que não obstou a que os drusos reputassem aquelles visinhos por seus inimigos, suscitando continuas guerras, nas quaes os drusos, mais aguerridos e barbaros, muitas vezes levaram vantagem.

Entretanto, apesar da sua arreigada antipathia, ambos os povos comprehenderam que unicamente a reciproca união os podia conservar na posse do territorio. Por vezes se mallograram os esforços dos turcos contra esta alliança de interesses, até que em 1588, Ibrahim, pachá do Cairo, projectando crear um estado independente, accommetteu os maronitas e os drusos nos seus retiros, e lhes impoz um tributo que por alguns annos pagaram.

A um caracter vingativo e indomito juntam os drusos o embuste e a dissimulação. É entre elles punida a menor injuria com uma punhada, e não reconhecem outra lei senão a pena de talião.

Taes são os perigosos visinhos dos maronitas. Ha tempos parece que a Porta procura excitar uns contra os outros, despertando-lhes as antigas pendencias religiosas. Falla-se já, ainda que vagamente, do assassinio de alguns maronitas no monte. É muito para temer que seja este o principio do incendio, e que a explosão do fanatismo, rebentando n'um ponto, lavre logo por todo o paiz.

Aqui em Damasco já se desconfia dos malvados. Hontem, na rua, notei que me olhavam sinistramente, e esta manhã, um turco a quem eu tive occasião de prestar alguns serviços, veiu visitar-me, e aconselhou-me a que fosse para Beyrouth, porque estava mais seguro do que em Damasco. Vou seguir o conselho, e assim que aviar os meus negocios ausento-me d'aqui. Ao menos, em Beyrouth, poderemos refugiar-nos a bordo dos navios alli fundeados, e a Europa não nos deixará degollar. E, pois, de Beyrouth, provavelmente, que será datada a minha seguinte carta.

(Continúa)

ORIGEM DA LOTERIA DA MISERICORDIA

(Vid. pag. 272)

Por insinuação do marquez de Pombal, instituiu-se em 1771, n'esta capital, uma *sociedade para a subsistencia dos theatros da corte*, formada pelos homens de negocio da praça de Lisboa, da qual eram directores e caixas, Anselmo José da Cruz Sobral, Alberto Mayer, Theotonio Gomes de Carvalho, e Joaquim José Estulano de Faria. Com as instrucções para o regimen dos theatros, foi ella approvada por alvará de 17 de julho do mesmo anno, referendado pelo marquez.

Esta sociedade é quem dava por empreza o theatro do Salitre e rua dos Condes, unicos que então havia para representação das operas italianas e dramas nacionaes, porque o do Bairro-Alto, no pateo do Patriarcha, a S. Roque, era então para espectaculos menos artisticos.

Uns vinte annos durou a associação, mas poucos beneficios fez á arte dramatica, intuito com que a promovêra o marquez de Pombal, cujo ministerio não chegou a durar seis annos depois d'ella creada.

Da tempera do ousado estadista era quem abriu entre nós a scena em que ainda hoje assistimos á opera.

O desembargador Manique, que, na qualidade de intendente geral da policia, tinha a seu cargo a inspecção geral dos theatros, envergonhando-se da mesquinhez dos que existiam, conseguiu, em 1792, que os negociantes e capitalistas Joaquim Pedro Quintella, Jacintho Fernandes Bandeira, Polycarpo José Machado, e Anselmo José da Cruz Sobral, emprehendessem a edificação de um theatro digno da capital do reino. Foi esta a origem do theatro de S. Carlos, que estes negociantes mandaram construir á sua custa, fazendo doação da propriedade d'elle á Casa-Pia, por obsequio ao mesmo intendente, fundador e director de tão util estabelecimento. Esta doação, porém, tinha a clausula de se verificar depois de reembolsados os socios da somma que dispendessem.

Ignoravamos que a Casa-Pia tivesse tambem contribuido para a edificação do theatro de S. Carlos, porque, apesar de haver tanta escripta a respeito d'este notavel monumento, nunca tal se mencionou. Só agora o ficámos sabendo pela declaração do proprio intendente, no officio inedito que publicámos a pag. 272.

Dada esta explicação para melhor intelligencia do citado officio, continuemos a historia da loteria.

Alcançando o intendente que participasse tambem a Casa-Pia do beneficio que fôra concedido á Misericordia, se ficaram alternando entre estes dois estabelecimentos as loterias annuaes, fazendo cada uma d'estas administrações, separadamente, a venda dos bilhetes e a extracção dos numeros.

Em quanto Manique governou a Casa-Pia, foi a loteria rigorosamente fiscalisada; mas depois as mancommunações, os roubos e extravios, foram inauditos! Cremos que outro tanto aconteceu na casa da Misericordia; mas, a respeito d'essa, ainda por ora não encontrámos documento tão insuspeito como o que hoje apresentâmos tocante á Casa-Pia.

A tal ponto havia chegado a dilapidação do producto da loteria, que em 1833 escrevia o administrador da Casa-pia ao ministro do reino o seguinte:

«Nunca me aproveitei do alheio, nem consinto, nem consentirei jámais que outrem o faça, em objectos que estiverem debaixo da minha fiscalisação. Pelo que, e de modo que possa chamar a benefica attenção de v. ex.ª para a minha conta de 25 de janeiro do anno proximo passado, torno a dizer, que os fundos destinados pela augusta piedade para a sustentação da desvalida orphandade asylada na real Casa-Pia, se vão progressivamente dilapidando, pelos extravios e sua pessima administração. Conta de sacco e arbitraria, eis a maneira por que se governa este interessante estabelecimento, e uma prova d'esta asserção (entre muitos e mui escandalosos factos) offereço á consideração de v. ex.ª no seguinte:

O producto das loterias, que devêra ser destinado para a sustentação e educação dos desgraçados orphãos, e para o pagamento dos enganados credores, se converte vergonhosamente a favor de certos interessados do dito estabelecimento. Em 1830, se dispenderam 3:378$000 réis em gratificações; em 1831 4:729$200 réis; e em 1832 5:660$400 réis; fazendo o total 13:267$600 réis, como mais explicado se mostra na nota junta, extrahida das contas dadas

pelo administrador. Cumpria-me, pois, evitar taes excessos; tirar ao administrador a arbitraria faculdade que se arrogou de dispor do dinheiro do cofre; obstar á falta de zelo com que se faz a compra dos generos; remediar o abuso de se dar pão alvo aos alumnos, quando deve ser de toda a farinha; fazer o fornecimento do pão por arrematação, e não por um ajuste particular, e perpetuamente com a mesma pessoa, etc.

Obstando porém o regio aviso de 19 de septembro ultimo, pelo qual S. M. me ordenou que não altere em coisa alguma o estado em que se acha a Casa-Pia, e a falta de deliberação da indicada conta de 25 de setembro, lanço mão do unico recurso que me resta, e é o d'esta nova representação para desencargo da minha consciencia, para que em tempo algum se possa dizer que eu consenti em taes excessos e prevaricações; convindo por isso que v. ex.ª queira fazer-me a honra de levar o exposto ao soberano conhecimento de S. M. — Lisboa 8 de fevereiro de 1833. — Ill.mo e Ex.mo Sr. *Conde de Bastos.*

(Continúa)

ESTUDOS DA LINGUA MATERNA

Para completar o que já por duas vezes temos ponderado ácerca do substantivo *pormenores*, e da fórmula adverbial *por menor*, que fazem as vezes de *detalhes* e *em detalhe*, adoptados pelos indigentes da lingua portugueza, importa corrigir um erro que anda introduzido até nos nossos diccionarios, e talvez por isso o repetem os jornaes, inclusivé o proprio «Diario Official».

Consiste o erro em escreverem *promenores*, em logar de *pormenores*, segundo exige a formação d'esta palavra, que se compõe da preposição *por* e do adjectivo *menor*, com o significado que já amplamente comprovámos n'outro artigo.

A ultima edição do diccionario de Moraes traz este substantivo com o asterisco de vocabulo *novo*, sem apontar auctoridade, porque não a podia achar para similhante corruptela.

Ahi se diz tambem (e outros diccionaristas o tem repetido) que este termo é adoptado do hespanhol, sem reparar, quem tal escreveu, que é formado de duas palavras bem portuguezas, e usado por auctores taes como os que transcrevemos no numero passado.

Se se referem ao modo de orthographar esta palavra, tambem erram, porque o erudito e puritano philologo hespanhol, o sr. D. Rafael Baralt, em todos os exemplos classicos que cita no seu diccionario, para expungir o gallicismo *detalhe*, escreve sempre pormenores e não *promenores*.

Por ultimo advertimos aos principiantes, que o substantivo *pormenores* se escreve ligado, e não se usa no singular; designando-se este pela fórmula adverbial *por menor*, que se deve escrever sempre separada, como ordinariamente se escrevem taes locuções, v. gr: *por alto*, *por demais*, *por maior*, etc.

LAMPADA DE BRONZE COM FIGURAS DE RELEVO

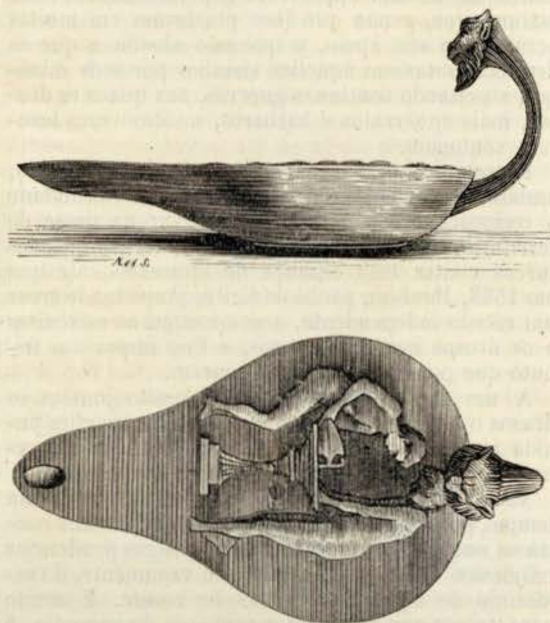
achada em Cetóbriga defronte de Setubal

Ao obsequio do sr. beneficiado Xaro, douto antiquario de Setubal, devemos o desenho da rara e mui artistica lampada romana que hoje publicâmos.

A elle, principalmente, se devem as antiguidades romanas tiradas das excavações da antiga Cetóbriga, hoje Troia, defronte de Setubal, mandadas fazer pela «Sociedade Archeologica», de que foi instituidor.

Esta sociedade não continuou a sua tarefa por falta de recursos; mas o sr. Xaro, inspirado pelo amor da sciencia em que é tão perito, tem feito alguns esforços individuaes para desentranhar d'aquelle vasto areal as reliquias alli soterradas ha tantos seculos. A sua diligencia tem sido bem recompensada com alguns achados de grande valor archeologico, muitos dos quaes iremos reproduzindo pela gravura, com o texto escripto por tão douta penna.

Bem devia o governo auxiliar a «Sociedade Archeologica» para que na proxima primavera podesse continuar as excavações.



Eis o que nos escreve o sr. Xaro a respeito da lampada que representa a nossa gravura:

Na vasta collecção de antigualhas descobertas em *Herculanum*, entre centenares de lampadas de varias materias e feitios, acho apenas um fragmento de barro, similhante nos ornatos a esta de bronze: já se vê que não é commum o typo da nossa lampada. Os academicos de *Herculanum* dizem que era lampada *votiva*, consagrada ás nymphas: póde ser; mas supponho que os moveu a esta qualificação, o relevo da parte superior da lampada, que figura duas nymphas, uma das quaes tem as mãos mettidas e como que apoiadas no fundo de uma pia, em quanto a outra despeja da parte opposta um jarro de agua.

Se os academicos não tiveram mais que este debil fundamento, para qualificarem a lampada de *votiva*, andaram de leve, porque os antigos ornavam o disco superior das lampadas do uso domestico, não só com festões, coroas e meandros, mas tambem com figuras mythologicas, ou allegoricas.

Poderia agora dizer alguma coisa sobre o culto que os antigos davam a estas divindades mimosas; mas esta materia é tão conhecida dos que tem alguma lição, que seria por demais quanto escrevesse a este respeito.

G. X.

Explicaçao dos enigmas dos numeros 36 e 39

N.º 36 — Soldados! Do alto d'aquellas pyramides
quarenta seculos vos contempiam.
N.º 39 — Pelas lizas columnas lhe trepavam
Desejos que como hera se enrolavam. — *Camões.*

Da charada do n.º 38 — Alipio.

Lisboa — Typographia de Castro & Irmão — rua da Boa-Vista — Palacio do Conde de Sampaio.